

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO FEMININA NA ÉPOCA DE GIL VICENTE

Maria João Dodman
Universidade de Toronto, Canadá

O *Auto da Índia* e a *Farsa de Inês Pereira* distinguem-se pelos conflitos humanos existentes numa sociedade em vias de modernização mas ainda grandemente enraizada num sistema de valores medievais. Constança do *Auto da Índia* expõe os costumes, neste caso os maus costumes, de uma esposa leviana. Paralelamente, no *Auto de Inês Pereira*, Gil Vicente desenvolve o antigo provérbio popular "mais quero asno que me leve, do que cavalo que me derrube". Nesta obra representam-se os episódios atribulados da vida de Inês. De importância são também os conselhos da sua mãe e de Leonor Vaz, mulheres de outra geração, mas que partilham o mesmo sistema de valores. O objectivo deste trabalho é reflectir sobre a situação da mulher e a crítica social presente nestas obras. É analisado o mundo destas personagens tendo em conta a circunstâncias sócio-históricas da época.

Gil Vicente, o pai do teatro português, foi de facto um ávido observador da sociedade que o rodeava. Vários críticos já destacaram que o teatro vicentino se encontra repleto de crítica social. Maria de Lourdes Saraiva assinala o valor histórico do seu teatro pois "a sua obra é uma descrição do processo de formação de uma sociedade profundamente desequilibrada" (20). Assim, e como já dizia André de Resende, humanista contemporâneo de Vicente, a sua obra consiste em dizer verdades entre gracejos (citado em Saraiva, 17). Igualmente importante é o facto de que a sua obra ser particularmente rica no que diz respeito às personagens femininas; das classes mais baixas, como a trabalhadora Mofina Mendes, as muitas moças de feira, ciganas e pastoras, até às mais elevadas como a Flérída da *Comedia de Dom Duardos*, Gil Vicente realça a participação feminina nesta sociedade desequilibrada. Este trabalho tem como objectivo reflectir sobre a situação da mulher presente na sua obra, nomeadamente a Inês da *Farsa de Inês Pereira* e a ama do *Auto da Índia* tendo em conta as possíveis conexões com alguns factores sócio-históricos da época.

Desde o início, apercebemo-nos que Inês Pereira é uma personagem em conflito constante com o mundo externo. Em primeiro lugar, Inês rejeita o ambiente doméstico queixando-se do encerramento considerado próprio para a mulher. Diz o seguinte sobre o tema:

Eu hei-de buscar maneira
de algum outro aviamento...
Coitada! Assi hei-d'estar
encerrada nesta casa
como panela sem asa,
que sempre está num lugar?
E assim hão-de ser logrados
dois dias amargurados
que eu posso durar viva?
E assi hei-d'estar cativa
em poder de desfiados?

[...] Esta vida é mais que morta.
Sou eu coruja ou corujo,
ou sou algum caramujo
que não sai senão à porta? (83-84)

A ama do *Auto da Índia* apresenta-nos uma lamentação semelhante e, aproveitando-se da partida do marido, diz à criada "[m]ostra-m'essa roca cá: / sequer fiarei um fio" (30). Segundo as suas palavras, a mulher estava limitada à vida caseira. De facto, o primeiro marido de Inês, depois de fechá-la em casa como "freira de Odivelas", expõe claramente o lugar da mulher:

Vós não haveis de mandar
em casa somente um pelo.
Se eu disser: "Isto é novelo",
Havei-lo de confirmar.
E mais, quando eu vier
de fora, haveis de tremer;
e coisa que vós digais
não vos há-de valer mais
que aquilo que eu quiser. (118)

O marido de Inês afirma-se como dono da casa, sendo a esposa mera propriedade dele. Esta atitude enquadra-se perfeitamente com as expectativas sociais da época. Segundo M. Louise Salstad e Barbara Matulka, a literatura deste tempo mostra que a vida da mulher era, sem dúvida, severamente limitada e, que a maioria das obras termina com a submissão da mulher; conclui Matulka que "since the age was non-feministic [...] [the plays] relegate women to their domestic duties, to "their place in the home", to their obligations of love, self-sacrifice and marriage" (230). Esta insistência sobre a domesticidade da mulher aparece em ambas obras. Ao limitar a mulher, o homem, tal como indica claramente o marido de Inês, estabelece uma hierarquia onde ele manda e ela somente obedece.

Por outro lado, Mariló Vigil oferece-nos uma aproximação histórica sobre a vida da mulher nos séculos XVI e XVII. Apoiando-se grandemente nas fontes religiosas disponíveis, Vigil assinala que embora a Igreja visse a mulher como pessoa humana, era um ser subordinado ao homem, destinada às funções de produção doméstica, reprodução biológica, e claro, sempre submetida à autoridade masculina (12, 16). Basta lembrar que a edição portuguesa de Christine de Pizan do *Livre des Trois Vertus à l'Enseignement des Dames* não favorece a portuguesa. Pelo contrário, afirma-se que até a princesa deve "reconhecer que é uma simples mulherzinha, que não tem força, poder, nem autoridade" (citado em Crispim, 277). Ainda mais alarmante é a opinião corrente que indica que a situação da mulher portuguesa era ainda pior que a espanhola. Deleito y Piñuela menciona o espanto dos estrangeiros perante a extrema reclusão das espanholas (17) e, ao mesmo tempo, repara que as vizinhas, as portuguesas, só saíam de suas casas três vezes na vida: no dia do baptismo, no do matrimónio e no da morte (32). Amélia Hutchinson salienta o quanto se admirava Pinheiro Veyga perante a liberdade das castelhanas em comparação com as portuguesas (53). De igual modo, menciona o facto de que, em 1610, o autor da Descrição do Reino de Portugal, Duarte Nunes de Leão, elogia a fama de hon-

estas das portuguesas, mas que, ainda maior fama era a que tinham os homens portugueses que conservavam as suas mulheres fechadas em casa de tal modo que quase não se viam mulheres na ruas de Lisboa (183).

A ama do *Auto da Índia* parece fazer eco desta situação. No regresso do marido das Índias, ela diz-lhe que havia passado a sua ausência entre missas e prantos (49), chegando a afirmar que:

encerrada nesta casa
sem consentir que vizinha
entrasse por uma brasa
por honestidade minha. (51)

No entanto, embora ambas as personagens lamentem a sua situação, elas sabem que o casamento é talvez a única opção para a mulher. Inês decide casar-se novamente, desta vez com Pêro Marques, e a ama, à chegada de marido, regressa ao modelo estabelecido. A mãe de Inês prevê o futuro da filha ao assinalar que a preguiça não lhe trará marido, e que não se apresse porque, depois de casada, virão "filhos de três em três" (85). Lianor realça a condição pobre de Inês e diz-lhe que para a mulher o casamento não é uma questão de escolha pois esta tem de aceitar o que vier (93). Esta atitude reproduz certos parâmetros sociais que insistiam que o casamento era o único meio de afirmação feminina; a outra via seria a união espiritual com Deus. Explica Margaret King que "[...] social life did not include a category for the unmarried woman outside of the religious life [...] since women's roles were defined by sexual and economic relationship to men, society made very little place for the woman who was unattached to man or God" (28-9).

Outro factor que contribuía para a preferência pelo casamento, era a impossibilidade de independência económica feminina. No mercado do trabalho, embora a mulher trabalhasse tanto como o homem, ela não tinha meios de sobreviver. Oliveira Marques no seu livro sobre a vida em Portugal na alta Idade Média dedica um capítulo ao trabalho sem mencionar a participação feminina. O único que nos oferece é um esquema da organização de profissões de Évora no século XV, no qual a mulher ocupa as camadas mais inferiores (190). Por outro lado, Guillermina Mota afirma que é impossível falar da economia portuguesa sem incluir a importância do trabalho feminino. O problema consistia no facto de que sempre se procurava justificar que lhes pagassem muito menos que aos homens (267). Amélia Andrade conclui que a presença da mulher na legislação afonsina manifesta-se na sua exclusão do mundo do trabalho. A sua presença ocorre unicamente associada a outros grupos marginais como loucos, cegos e traidores, e como dependente de uma rede de relações familiares (245). O facto da ama dizer a um dos seus pretendentes que não tem nada em casa para comer, forçando-o deste modo a comprar-lhe comida, indica que ela sabe prevenir-se. Ou seja, embora ela tenha, como diz a criada, abastecimentos por três anos (30), seria difícil sobreviver sem ajuda masculina. Sabemos que em muitas cidades ibéricas como por exemplo Sevilha, a legislação proibia o acesso feminino a muitas actividades comerciais (Perry 18). Assim, sem poder trabalhar, o casamento era um ritual prático que não só oferecia à mulher uma posição social aceitável, mas também lhe garantia certa estabilidade económica, visto que sozinha, isto seria extremamente difícil.

Outro aspecto interessante é a educação de Inês. O facto de que ela sabe ler, e que, como nos diz a mãe, sabe "latim, gramática e alfaqui, / e tudo quanto ela quer" (91) retrata o carácter provavelmente único desta personagem, sobretudo se tivermos em conta os parâmetros da educação feminina. Segundo os manuais mais populares desse tempo, a educação da mulher limitava-se ao lar e à execução das tarefas domésticas e deveres religiosos. Isto, porque se aceitava como facto cien-

tífico, segundo Huarte de San Juan, entre outros, que a mulher não tinha capacidade para mais (Vigil 48). O que tinha a mulher como descendente de Eva, era uma preponderância para o mal. De facto, António Manuel Hespanha explica que a opinião comum em Portugal era que a mulher era lasciva, astuta, má e de luxúria imoderada (59-60). Podemos acrescentar que a educação feminina, de acordo com o moralista Juan Luis Vives, deve proceder de livros santos, e que a mulher virtuosa aprende calada, nunca exibindo a sua sabedoria (26-7). Inês é uma personagem extraordinária na medida em que a sua sabedoria ultrapassa qualquer expectativa. Assinala Merry Wiesner que "by becoming learned, she [the woman] had penetrated a male preserve, which was only tolerable if she simultaneously rejected the world of women" (13). Não há dúvida de que Inês de facto rejeita a esfera feminina. Mais tarde, já dona de si, Inês prefere comportar-se de acordo com o popular provérbio, "*mais quero asno que me leve do que cavalo que me derrube*", e elege como novo marido Pêro Marques. De facto, Inês penetra a esfera masculina e é na Farsa *O juiz da Beira* que a vemos dirigir os negócios do marido. Ele próprio admite que:

minha hõspeda Inês Pereira
(Deus a benza!) Sabe ler
e quanto me faz mister
para eu ir pela carreira.
De que eu contente sam
soma avonda que asi
lê-me ela o caderno ali
onde sê a Ordenação
[...] a assi como ela diz
Assi xe-mo faço eu; (134-5)

Para concluir, é importante destacar que as heroínas vicentinas não se submetem ao típico modelo da mulher, como surge em muitas obras da época. Gil Vicente critica a ideologia que veda o acesso da mulher à vida social, ao trabalho e à educação. De facto, o dramaturgo ridiculariza o homem ao expor a cobardia do primeiro marido de Inês e a parvoíce do segundo. Ao mesmo tempo, é impossível criticar o comportamento destas mulheres. Afinal de contas, elas agem de acordo com as suas necessidades. Elas casam-se, ou permanecem casadas, devido às pressões sociais que não as aceitam de outro modo. Por sua vez, o casamento dá lugar a uma situação de dependência onde a mulher permanece sob o controle masculino e limitada à vida doméstica. Por este motivo, a educação feminina é irrelevante; a mulher não necessita saber mais do que as suas obrigações domésticas. Além disso, pode justificar a falta de educação na suposta incapacidade intelectual feminina. No entanto, Gil Vicente, em nenhum momento, defende estas ideias. Muito pelo contrário, a mulher não é, apesar dos inúmeros obstáculos, uma figura passiva. Visto que o século XVI é uma época de grande expansão marítima, durante a qual, como vemos no *Auto da Índia*, muitos homens não regressam, é natural que a mulher lute para se afirmar no mundo do trabalho. É, ao fim e ao cabo, uma questão de sobrevivência. Termina com as palavras duma das muitas moças vicentinas da *Floresta de enganos* que nos resume a verdadeira situação feminina:

* { porque em tudo o que fazemos
há mister manhas assaz
segundo o mundo que temos. (84)

Bibliografia

- Andrade, A. Aguiar. (1986). "A mulher na legislação afonsina: o Fuero Real." *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de história económica e social.
- Crispim, Maria de Lourdes. (1995). "O espelho de Cristina - Um "espelho" da educação das mulheres no tempo da expansão." *O rosto feminino da expansão portuguesa*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Deleito y Piñuela, José. (1966). *La mujer, la casa y la moda*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Hespanha, A. M. (1995). "O estatuto jurídico da mulher na época da expansão." *O rosto feminino da expansão portuguesa*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Hutchison, Amélia P. (1995). "Dea ou Deabus? - o declínio das relações masculino-feminino como reflexo do declínio do império." *O rosto feminino da expansão portuguesa*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- King, Margaret. (1991). *Women of the Renaissance*. London: The U. of Chicago P.
- Matulka, B. (1935). "The Feminist Theme in the Drama of the Siglo de Oro." *The Romanic Review* XXVI: 3: 191-231.
- Mota, G. (1986). "O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (sécs. XVII e XVIII)." *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de história económica e social.
- Oliveira Marques, A. H. (1971). *Daily Life in Portugal in the Late Middle Ages*. Trad. de S. S. Wyatt. Madison: The U. of Wisconsin P.
- Perry, Mary Beth. (1990). *Gender and Disorder in Early Modern Seville*. Princeton: Princeton U. P.
- Salstad, Louise M. (1980). *The Presentation of Women in Spanish Golden Age Literature*. Boston: G. K. Hall & Co.
- Vicente, Gil. (1972). *Gil Vicente's 'Floresta de enganos'*. Ed. Constantine Christopher Stathatos. Chapel Hill: The U. of North Carolina P.
- *Sátiras sociais*. Ed. Maria de Lourdes Saraiva. Mira-Sintra: Europa-América, s.a.
- Vigil, Mariló. (1986). *La vida de las mujeres en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- Vives, Juan Luis. (1948). *Instrucción de la mujer cristiana*. Buenos Aires: Espasa-Calpe.
- Weisner, Merry E. (1986). "Women's Defense of Their Public Role." *Women in the Middle Ages and the Renaissance*. Mary Beth Rose ed. Syracuse: Syracuse U. P.